



## **VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: O CASO DA VEREADORA LINS ROBALLO**

Vitória Caroline Lopes Cruz, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Jaqueline Carvalho Quadrado, docente, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

vitoriacruz.aluno@unipampa.edu.br

Dando importância para o crescente número de ataques contra as mulheres que ocupam espaços de representação política no Estado, procurou-se analisar o caso ocorrido contra a vereadora Lins Roballo e a sua equipe no município de São Borja - Rio Grande do Sul, em maio de 2021. Este resumo é um recorte da pesquisa Espaço Urbano e Segurança Pública, que faz uma análise do cerceamento de uma mandata, a fim de evidenciar os limites impostos às mulheres na relação com o espaço público. No que tange à metodologia, optou-se por um estudo qualitativo de cunho exploratório por considerá-la mais adequada aos objetivos dessa análise, já que possibilita a compreensão da dinâmica das relações sociais e uma aproximação do pesquisador com o fenômeno. As informações sobre o caso foram obtidas através dos veículos de informação da Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul, redes sociais da mandata e também através de uma entrevista concedida pela vereadora à imprensa local. Lins é a primeira mulher negra a ser eleita no município. Atualmente é a única mulher vereadora em São Borja, além de compor o total de três mulheres transexuais eleitas no Estado do Rio Grande Do Sul. No dia 24 de maio, a Vereadora Lins teve sua Chefe de Gabinete exonerada, o motivo foi uma publicação feita através das redes sociais da mandata pela sua equipe. Na publicação continham orientações para evitar a contaminação por COVID-19, dentre elas, o texto alertava os eleitores a não reproduzirem o erro de eleger “gente branca e elitista”. A publicação rendeu uma acusação contra a mandata, alegando racismo. “Eles tentaram inverter a lógica do racismo estrutural que os negros têm sofrido historicamente no nosso país” afirma a vereadora em entrevista concedida ao Folha Gospel no dia 30 de maio. A vereadora, ainda conta, que até o momento “[...] nenhum dos nossos pedidos indicativos, requerimentos, moções, moções de repúdio, pedidos de informação, nada passa no plenário. Todos os nossos pedidos encaminhados são votados e derrubados.” Observa-se que na mesma medida em que houve um avanço no que se refere a eleição de uma mulher transexual, negra e periférica, tem-se tentativa de invisibilizar mandatos que denunciam a questões reproduzidas historicamente pela hegemonia que ocupa as câmaras municipais. Partindo do princípio de que os espaços urbanos e políticos são produtos das relações que ocorrem em uma determinada área urbana, no município de São Borja tem-se uma predominância conservadora, branca, machista, sexista e racista, com a economia fundada no agronegócio, onde pequena parcela da população se apropria da maior parte do Produto Interno Bruto da cidade, logo “os espaços urbanos do município estão sujeitos à modos normativos de inteligibilidade e de distribuição desigual de reconhecimento e de uso, o que pode ser potencializador de vulnerabilidades e conseqüentemente violências”.(QUADRADO, 2021). Ainda é sabido que alguns homens ao terem seus espaços hegemônicos atingidos pela inserção de mulheres, “recorreram a várias estratégias de violência como mecanismos para defender e perpetuar os espaços tradicionalmente designados ao seu sexo”.(ALBAINÉ, 2016). Por essa ótica, a autora formula o conceito de “violência política de gênero”, que representa um conjunto de ações diretas e indiretas que impedem ou dificultam o exercício dos cargos políticos por parte das mulheres. Mesmo que homens e mulheres sejam definidos como iguais e possuidores dos mesmos direitos perante a lei, as regras da sociedade patriarcal enxergam a mulher como inferior ao homem. Dessa forma, os direitos instituídos, mas não garantidos pelo Estado exprimem a ineficiência da democracia capitalista. Ainda se evidencia a manifestação de violência política de gênero no caso da vereadora

Lins Roballo, que tem como obstáculo para a efetivação da sua atuação política o fato de ser mulher, transexual, preta e periférica. Diante disso, confirma-se a necessidade da elaboração de políticas públicas que sejam capazes de viabilizar o direito de a mulher ocupar espaços públicos, de trabalho, lazer e reprodução, com direito a voz na produção e transformação dos espaços políticos e urbanos. Para além disso, uma maior equidade entre gênero, classe e raça faz-se importante para a construção de uma sociedade mais justa, capaz de resgatar da invisibilidade as opressões que atravessam a vivência das mulheres.

**Agradecimentos:** UNIPAMPA; PRO-IC PROPPi.

**Palavras-chave:** Mulheres; Gênero; Espaço público; Política.